



O professor Claudio Dedecca: "O país precisa ter também uma política de zoneamento para o setor agrícola que considere não apenas os objetivos da produção de alimentos, mas também a situação social no campo e o desafio de preservação ambiental"

Lavoura arcaica

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

Jornal da Unicamp – Qual é o foco do seu trabalho?

Claudio Dedecca – A visão que temos do Brasil, hoje, é muito conjuntural. A idéia do trabalho foi, primeiramente, perguntar qual é a nossa situação hoje em relação à trajetória do país nas últimas décadas. Trata-se apenas de um ponto, já que estamos falando de um memorial para um concurso de professor titular. Não me interessa focar na questão do crescimento do país ou quanto está gerando de emprego. O objetivo, portanto, é olhar para os nossos desafios.

JU – E quais são?

Dedecca – São enormes as características desfavoráveis em termos de trabalho no país. São problemas insolúveis no curto prazo – eles serão mitigados apenas nas próximas décadas. Quando são avaliados os dados do Censo Demográfico de 2000 [IBGE], que expressam uma situação de estrutura da sociedade brasileira, isto fica muito claro. Há um aspecto, por exemplo, que torna patente o fato de que o desenvolvimento brasileiro, ao invés de produzir uma nova sociedade que superasse características da sociedade colonial, apenas a reproduziu. Entramos no século XXI com uma configuração muito heterogênea e marcada por uma acentuada desigualdade social de múltiplas dimensões.

JU – Mas isso não é natural das as dimensões do país?

Dedecca – Sim, mas ocorre que, para além da heterogeneidade, a sociedade continua fundada num contraste muito forte, cuja origem está no setor agrícola. Segundo o censo, eram mais de 10 milhões de pessoas trabalhando na agricultura. Isso corresponde ao tamanho de muitos mercados de trabalho de países de porte médio. Trata-se de uma dimensão absurdamente grande.

Nesse mercado de trabalho agrícola – e este é outro ponto –, temos a dominância de ocupações de baixíssima produtividade. Há, por exemplo, cerca de 5 milhões de pessoas com trabalho não-remunerado. E, apesar de toda essa discussão acerca da produção de biocombustível, as maiores culturas, em termos de emprego agrícola no Brasil, ainda são a do milho, da mandioca e as lavouras temporárias, ou seja, a produção voltada para a subsistência em condições de trabalho muito desfavoráveis.

Isso significa que o país está ingressando no século XXI com um

problema que diz respeito ao mercado de trabalho agrícola. Somos o único país nessa situação dentre as nações em desenvolvimento.

JU – Não houve nenhuma mudança significativa ao longo dos últimos anos?

Dedecca – Houve mudanças, mas pontuais. Os exemplos do nosso contraste são muitos. Dos mais de 10 milhões de trabalhadores do setor agrícola, sendo que 40% deles estão na região Nordeste, o assalariamento formal compreende ao redor de 1,5 milhão de pessoas, enquanto o trabalho não-remunerado e em

autoconsumo atinge mais de 5 milhões. Temos, portanto, muito mais gente sem salário no setor agrícola do que no segmento formal. Isso mostra o tamanho do contraste.

JU – E o restante do contingente?

Dedecca – Dos outros mais de 6 milhões, temos 2,5 milhões de empregados sem carteira – que são os bóias-frias e trabalhadores em condições precárias – e 3,6 milhões que trabalham por conta própria, sendo que metade desse total está no Nordeste e, como já apontado, a maioria em trabalho

de subsistência.

A idéia predominante é de que o desenvolvimento produziria, no Brasil, uma redução do trabalho agrícola, como fez em outros países, onde ele é residual e vinculado à produtividade elevada. No Brasil, a redução de fato ocorreu, mas ele não é residual. A lavoura da cana-de-açúcar, por exemplo, é a oitava cultura em termos de capacidade de empregar trabalhadores. As culturas que mais ocupam, como disse anteriormente, são as tradicionais.

JU – Predomina a precariedade.

O Brasil está ingressando no século XXI com distorções típicas de uma sociedade pré-capitalista. A opinião é do economista e professor Claudio Dedecca, do Instituto de Economia (IE), que acaba de desenvolver pesquisa sobre o mercado de trabalho no Brasil. O eixo central da investigação, cujos resultados foram apresentados no último dia 20 durante concurso para professor titular, são os contrastes decorrentes do setor agrícola.

Não são poucos os gargalos. Dos mais de 10 milhões de trabalhadores do setor, aponta a pesquisa financiada pela Fapesp, a maioria não tem remuneração. "Temos a dominância de ocupações de baixíssima produtividade. E, apesar de toda essa discussão acerca da produção de biocombustível, as maiores culturas, em termos de emprego agrícola no Brasil, ainda são a do milho, da mandioca e as lavouras temporárias, ou seja, a produção voltada para a subsistência em condições de trabalho muito desfavoráveis", observa o docente e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).

O quadro agrava-se na medida em que essa precariedade, que há tempos migrou do campo para as metrópoles e cidades médias, atinge também os pequenos municípios. "Há uma massa de empregados cujas atividades não têm nenhuma relação com o progresso técnico", afirma Dedecca. "A dimensão arcaica convive com a moderna tanto internamente à atividade agrícola como no interior da atividade não-agrícola".

Dedecca – Sim, e não é a precariedade moderna do capitalismo. Trata-se de uma distorção típica de uma sociedade pré-capitalista. Estão aí todos os ingredientes: trabalho não-remunerado, autoconsumo, trabalho autônomo etc. Em resumo: há uma massa de empregados cujas atividades não têm nenhuma relação com o progresso técnico.

JU – E como fica o agronegócio nesse contexto?

Dedecca – Não tenho nada contra o agronegócio, mas dado o ta-

Continua na página 7 ▶▶▶